

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 11

Data: 15/10/75

Pr.: 11

## Indefinida a situação dos guajajaras

Do correspondente em  
**SÃO LUIS**

O problema da invasão de terras da reserva pertencente aos índios guajajaras continua indefinido, apesar de o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, ter-se reunido ontem à noite, por mais de três horas, com as principais autoridades fundiárias e de segurança do Maranhão. Num primeiro encontro, o governador do Estado, Nunes Freire, pediu ao presidente da Funai que fosse realizada uma nova reunião, à noite, para a qual convocaria todo o seu secretariado, e durante a qual seria tomada uma decisão de seu governo, afirmando que assumiria "a responsabilidade de tudo o que for decidido". Realizada a reunião, contudo, nenhuma solução foi encontrada e a questão ainda aguarda uma decisão, que poderá ser transferida para o governo federal, em Brasília.

Durante o segundo encontro, o governo do Estado resistiu terminantemente à possibilidade de intervir no conflito. Para a Funai, no entanto, a participação do governo maranhense é fundamental, pois qualquer decisão a ser tomada envolve graves problemas sociais, pois poderá deter-

minar a transferência de mais de dez mil pessoas instaladas hoje nas terras indígenas. O governo do Estado argumenta, contudo, que ainda não discriminou sua faixa de terras devolutas e por isso não pode destinar uma área para abrigar os invasores.

A Funai esclareceu que sua posição tenta apenas evitar a ocorrência de problemas sociais, com o desalojamento dos invasores. "O meu problema é com o índio, mas somos todos brasileiros", disse o general Ismarth, ao lembrar que poderia simplesmente demarcar a área e pedir a transferência dos posseiros, de acordo com o que é previsto no Estatuto do Índio, que dá poderes à Funai para proceder a uma demarcação puramente administrativa das áreas indígenas, num processo a ser homologado posteriormente pelo presidente da República.

Nesse ponto surgiu o impasse, que provocou discussões, algumas vezes ríspidas. A argumentação do Estado é de que o Tribunal de Justiça do Maranhão declarou nulas todas as transações de terras devolutas do Estado, em virtude de não se ter procedido anteriormente a um processo judicial, indispensável para negócios com terras públicas, de acordo com a Constituição. Assim, segundo o governador Nunes

Freire, procedendo a esse tipo de discriminação, puramente administrativa, a Funai corre o risco de, posteriormente, ver a demarcação contestada por eventuais proprietários.

"Eu mesmo tenho uma propriedade naquela área", afirmou Nunes Freire. "Houve tempo em que um funcionário do INORA andou por lá, dizendo que aquelas terras pertenciam aos índios. Eu trouxe então meus documentos e provei que a terra era minha". Para o governador, "o sistema fundiário do Maranhão está tão conturbado atualmente que a discriminação administrativa, precária como é, e a retirada dos posseiros provocarão uma série de problemas de ordem social para o Estado, de difícil solução". E, defendendo seu ponto de vista, de que o Estado não pode efetuar qualquer transação de terras antes de proceder à discriminação judiciária, perguntou: "Será que exatamente o Poder Executivo vai provocar o desrespeito à lei?"

A situação dos guajajaras, no entanto, deve-se à falta de critérios do Executivo maranhense, já que o próprio Estado doou uma área de 300 mil hectares para a criação da reserva e, depois, cedeu parte dessa reserva para os padres capuchinos e vendeu outra para a construtora E.I.T. Hoje, todas as terras próximas pertencem a grandes projetos agropecuá-

rios. E grande parte dos invasores vieram de lá, expulsos pelos novos donos da terra. É o caso do povoado de Arame, um dos dez existentes dentro da reserva guajajara, cuja maior parte da população foi expulsa das terras compradas pela E.I.T., onde eles tinham seus roçados e posses.

Ontem, um cacique guajajara dizia ao presidente da Funai, abrindo bem os braços e fechando-os à medida em que falava: "General, nossa terra era deste tamanho. Foi diminuindo, diminuindo. E quando fechar — perguntou, juntando as mãos — o que vai acontecer?"

Uma coisa é certa: depois de tantas lutas, os guajajaras não ficarão satisfeitos com a indefinição. Eles já queimaram mais de 100 casas de posseiros e grileiros existentes dentro da área indígena e expulsaram algumas dezenas de pessoas. Será difícil para a Funai, que tem tentado conscientizar o índio de seus direitos, previstos pela Constituição, explicar a eles por que o problema ainda não foi solucionado.

De parte do governo maranhense, ou da Funai, é provável que nos próximos dias seja criado um grupo de trabalho para pensar a melhor maneira de resolver a questão. De parte dos índios, é possível que eles cumpram antigas ameaças.

## Próxima etapa é um projeto econômico

O próximo trabalho da Funai, após a demarcação da reserva dos guajajaras, será o aproveitamento econômico dos recursos naturais existentes nessa área. Para o general Ismarth de Araujo, é possível fazer o índio brasileiro participar efetivamente do programa desenvolvimento do país, especialmente na região amazônica pelo aproveitamento econômico das grandes faixas de terras e dos recursos naturais existentes nas reservas indígenas. E o método seria o mesmo dos grandes projetos agropecuários que se instalam na Amazônia.

O general admitiu que até hoje a Funai tem sido uma entidade meramente assistencial, o que segundo ele, além de "válido e prioritário", se constitui na primeira etapa do trabalho junto às populações indígenas. A segunda etapa seria a dos grandes projetos econômicos, capazes de fazer com que o índio concorra, em igualdade de condições, com a sociedade capitalista, hoje uma das principais causas de seus males.

Para que isso aconteça, os projetos poderão ser elaborados pelos organismos setoriais do Ministério do Interior — Sudam, Sudene, Sudeco — ou em convênio com as universidades federais. As prioridades, escolhidas dentro de um planejamento plurianual, seriam traçadas de acordo com as características específicas de cada área. A agricultura, contudo, deverá ser a base prioritária, pois a Funai acha que a "vocação natural" do índio "é 99 por cento pela agricultura".

Quanto aos financiamentos, o general Ismarth acredita que não deverão se constituir problema, pois desde que se apresentem bons projetos "eles cer-

tamente não faltarão". Ele cita os exemplos ocorridos no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a Funai já conseguiu um crédito de cinco milhões de cruzeiros junto ao Banco do Brasil, para a execução de projetos econômicos. E diz que, secundariamente, existe ainda a possibilidade da aplicação de incentivos fiscais.

A reserva dos guajajaras, por exemplo, é rica em madeiras, como o cedro, a andiroba, e o pau d'arco, espécies de alto valor comercial. Possui também uma reserva de talco e grande quantidade de um vegetal chamado fava d'anta, utilizado para a fabricação de produtos químicos. Os guajajaras também criam gado e têm demonstrado, segundo a Funai, tendência para a pecuária. Depois de retirados os invasores, a Funai acredita que a reserva poderá ser explorada economicamente.

Mas, para os guajajaras, a assimilação dessa nova orientação por certo deverá ser lenta. O grupo ainda se ressentia da violência praticada contra

a sua cultura, pela presença do branco em suas terras: atualmente os guajajaras podem ser confundidos com qualquer caboclo do interior maranhense. Doentes — muitos estão tuberculosos — eles têm se aviltado para satisfazer as necessidades criadas pelo contato com o branco. E é comum ver alguns desses índios vendendo artesanato na beira da estrada ou índias se prostituindo, em busca de dinheiro para comprar cachaça e cigarro.

Ultimamente, porém, a presença de mais de dez mil brancos em suas terras, instalados em dez povoados, parece ter motivado alguns elementos do grupo a tentar recuperar a dignidade perdida, começando pela luta contra os invasores. "Dinheiro, desgraçado dinheiro" repete muitas vezes um dos chefes da aldeia Canabrava. Ele acha que só quando os invasores se retirarem sua tribo poderá viver em paz. Mas para isso será preciso contar com a boa vontade das autoridades. Só assim talvez ainda seja possível reconstruir a cultura guajajara, outrora fecunda.

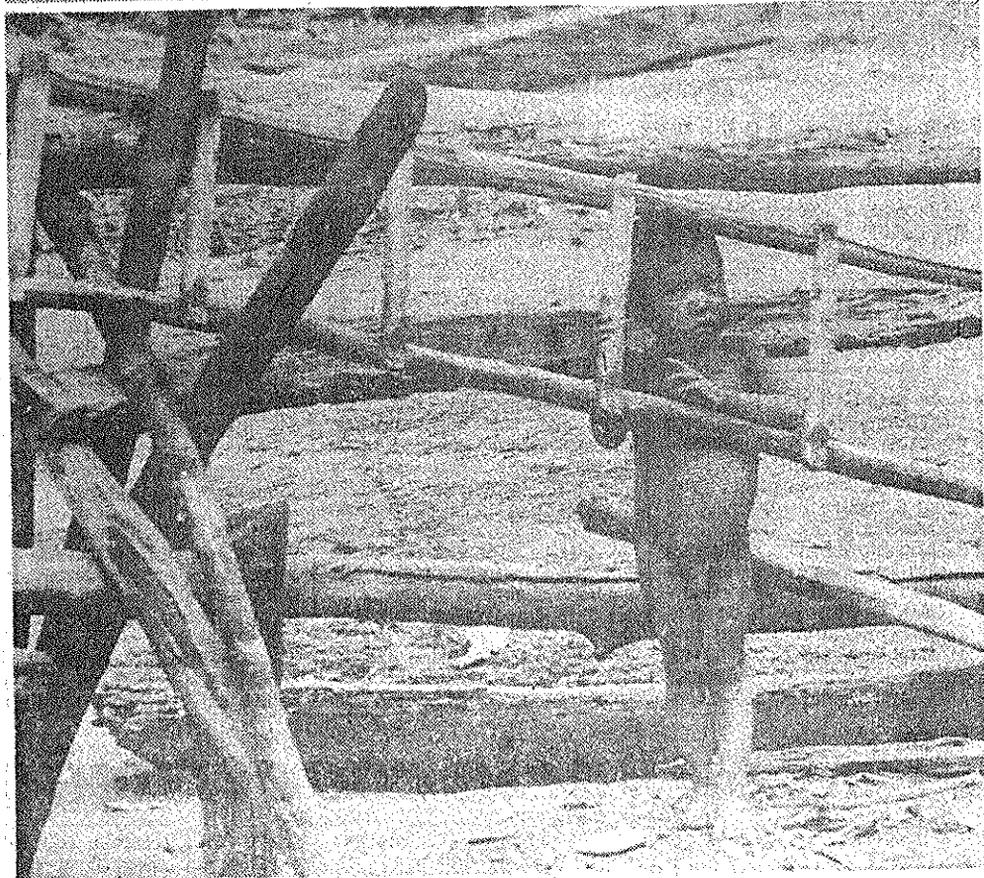
## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estados de S. Paulo

Class.: 17

Data: 15/10/75

Pg.: (cont.)



Telefotos do correspondente em São Luiz

Privados de sua cultura, os guajajaras tentam, ao menos, manter a terra